



Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla
ISCED-HUÍLA

**OS ACTORES MILITARES E OS ACORDOS DE PAZ EM ANGOLA
(1975- 2002).**

Autor: António Ernesto Kanda Alfredo

LUBANGO

2022



Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla
ISCED-HUÍLA

**OS ACTORES MILITARES E OS ACORDOS DE PAZ EM ANGOLA
(1975- 2002).**

Trabalho apresentado para a obtenção do
Grau de Licenciado no Ensino de História
Autor: António Ernesto Kanda Alfredo
Orientador. António Gildo M. Adriano, MSc

LUBANGO

2022



Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla
ISCED-HUÍLA

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Tenho consciência que a cópia ou o plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu **Antônio Ernesto Kanda Alfredo**, estudante finalista do Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla (ISCED-Huíla) do curso de ENSINO DE HISTÓRIA, do Departamento de Ciências Sociais, declaro, por minha honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, Fevereiro de 2022

O Autor

Antônio Ernesto Kanda Alfredo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares e a minha irmã de feliz memória por sempre acreditarem e investirem na minha formação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus bem de justiça, autor, mentor, construtor e fonte manancial da vida.

Em segundo lugar, aos meus pais Severino Alfredo e Joaquina Josefa Kanda, por terem aceitado fazer parte do projecto de Deus e terem-me trazido ao mundo e pelos cuidados a mim prestados.

Em terceiro lugar, ao meu incansável orientador António Gildo Adriano, por ter aceitado o pedido de tutorar-me, e sobretudo pela paciência que teve, ao acompanhar este trabalho! O meu muito obrigado.

Em quarto lugar e não o menos importante, ao Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla – ISCED-HUÍLA, pelo projecto educativo votado à excelência na formação humana.

A minha incomensurável gratidão, dirígio-a a minha irmã Maria Joaquina Kanda Alfredo de feliz memória. Que Deus te recompense pelos feitos grandiosos que fizeste em mim.

A lista é enorme que escapam-me a magnitude da contribuição individual, desde logo, peço minhas sinceras desculpas pela ingratidão que eu possa vir a cometer com alguns de vós. Contudo, sem esgrimir todo o meu apreço e ignorar o vosso empenho, humildemente me inclino em gratidões de instituições e de pessoas singulares:

Neste intento distaco, minha noiva Rosa Canyon e meu filho Abimael Alfredo, os meus irmãos, tios, primos, amigos e colegas, recebam a mais alta e elevada gratidão.

SIGLAS E ABREVIACÕES

CCPM-Comissão Conjunta Política-Militar
CNE-Comissão Eleitoral Nacional
ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola
EUA-Estados Unidos das Américas
FAA- Forças Armadas Angolanas
FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
FUR- Frente de Unidade Revolucionária
GRPA- Governo da República Popular de Angola
MFA- Movimento das Forças Armadas
MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola.
ONU- União das Nações Unidas
OUA- Organização da União Africana.
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
SADF- Forças Sul Africanas
SWAPO- South West African Peoples's Organiganisation (Organização dos Povos do Sudoeste Africano)
UNAVEM- United Nations Angola Verification Mission (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola)
UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola.
UPNA – União dos Povos do Norte de Angola
URSS-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

O presente trabalho de investigação com o tema OS ACTORES MILITARES E OS ACORDOS EM ANGOLA (1975-2002), visa por um lado enriquecer o programa da cadeira de História de Angola do 3º ano do Curso de História do ISCED-Huíla, por outro lado, elevar o nível de conhecimento dos estudantes e estudiosos da História de Angola, bem como contribuir com dados para a elaboração de um texto de consulta para docentes e discentes sobre os acontecimentos contemporâneos da História de Angola.

O tema foi identificado e trabalhado com o objectivo de contribuir para o enriquecimento do conteúdo relacionado com os acontecimentos históricos contemporâneos na História de Angola. Os métodos Históricos, Descritivos, Análise e Síntese da informação Bibliográfica, assim como os instrumentos, inquérito, foram cruciais para solucionar o problema identificado. Os dados foram obtidos a partir de pesquisas bibliográficas e de trinta e um inquéritos aplicados junto dos militares da 5 região ISCED -Huíla.

Estruturalmente, o presente trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro capítulo, abordamos o enquadramento geográfico e histórico de Angola, enquadramento histórico, hipótese da origem do nome Angola, habitantes, principais actividades económicas; já no segundo capítulo, abordamos os actores militares e os acordos de paz em Angola (1975-2002); o terceiro capítulo, compreende a análise e discussão dos resultados obtidos através do inquérito aplicado aos estudantes. Finalmente, apresentamos as conclusões e as sugestões tiradas a partir dos resultados do inquérito.

Palavra-chave: Actores Militares, Conflitos e Acordos

The present research work with the theme OF MILITARY ACTORS AND AGREEMENTS IN ANGOLA (1975-2002), aims on the one hand to enrich the program of the Angolan History chair of the 3rd year of the HISTORY COURSE OF ISCED-Huíla, on the other hand, to raise the level of knowledge of students and scholars of the History of Angola, as well as to contribute data for the elaboration of a consultation text for teachers and students on the events contemporary features of Angola's history.

The theme was identified and worked with the objective of contributing to the enrichment of content related to contemporary historical events in the history of Angola. The Historical, Descriptive, Analysis and Synthesis methods of bibliographic information, as well as the instruments, survey, were crucial to solve the identified problem. The data were obtained from bibliographical research and from thirty-one surveys applied to the military of the 5 ISCED -Huíla region Structurally, the present work is divided into three chapters: in the first chapter, we discuss the geographical and historical framework of Angola, historical framework, hypothesis of the origin of the name Angola, inhabitants, main economic activities; already in the second chapter, we addressed military actors and peace agreements in Angola (1975-2002); the third chapter comprises the analysis and discussion of the results obtained through the survey applied to students. Finally, we present the conclusions and suggestions drawn from the survey results.

Keyword: Military Actors, Conflicts and Agreements

ÍNDICE

DEDICATÓRIA I

AGRADECIMENTOS I

RESUMO III

Abstract IV

0-INTRODUÇÃO1

Justificação do Tema 1

Identificação do Problema 1

Objecto de Estudo 3

Objectivos da Investigação 3

Delimitação do Tema 3

Metodologia de Investigação 3

Importância da Pesquisa 5

Do Ponto de Vista Teórico..... 5

Do Ponto de Vista Prático 5

Estrutura do Trabalho 5

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTORICO DE ANGOLA

1.1– Produção Actual da Pesquisa 8

1.2-Enquadramento Geográfico, Localização, Superfície e Limites do Território Angolano 9

1.2.1- Hipóteses da Origem do Nome de Angola10

1.2.2– Habitantes 11

1.2.3– Principais Actividades Económicas de Angola 11

CAPÍTULO II- OS ACTORES MILITARES E OS ACORDOS EM ANGOLA (1975- 2002).

2.1- Conceptualização de Conflito	15
2.2- A Génese da Interferência Estrangeira no Conflito Armado Angolano	16
2.3- Da Cimeira de Mombaça ao Alvor entre FNLA, MPLA e UNITA	16
2.3.1- A Suspensão dos Acordos de Alvor	20
2.4- A Independência e a Guerra Civil	20
2.4.1- Tentativa de Invasão á capital angolana	22
2.4.2- Invasões a Norte e ao sul de Angola pelos Exércitos Zaireense e Sul africanos	22
2.4.3- Implicações da Batalha do Cuito-Canavale no Conflito Interno	26
2.5- Acordos de Bicesse	26
2.5.1- Razões do Fracasso dos Acordos de Bicesse	29
2.5.2- Protocolo de Lusaka	30
2.7.3- Memorando do Luena e os Princípios Fundamentais	32
CONCLUSÕES E SUGESTÕES	0
CONCLUSÕES	35
SUGESTÕES	35
BIBLIOGRAFIA	0
Bibliografia	38
ANEXOS	39

INTRODUÇÃO

0-INTRODUÇÃO

O presente trabalho que tem como tema: O ACTORES MILITARES E OS ACORDOS EM ANGOLA (1975-2002) é resultado de um esforço que visa dar resposta a algumas insuficiências na cadeira de História de Angola: “ Da Colonização à Actualidade” ministrada no 3º ano de História no ISCED-Huíla, no último ponto da Unidade V sobre a Proclamação da Independência Nacional de Angola. A escolha do tema para a elaboração do presente trabalho foi com o objectivo principal de contribuir para o enriquecimento dos conteúdos relacionados com acontecimentos históricos contemporâneos de História Angola. Os métodos, Dedutivo, Indutivo, Histórico, Estatístico, assim como os instrumentos e inquérito, foram cruciais para solucionar o problema atrás identificado. Este trabalho tem como finalidade a obtenção do grau de licenciatura, em Ciências da Educação, Opção de História.

Justificação do Tema

As razões que nos levaram a escolher este tema resumem-se no seguinte:

Queremos mostrar o quanto é importante o estudo sobre a história de Angola e contribuir na carência de documentos, que visam a mitigar o défice da Temática do estudo em abordagem, e de igual modo pensamos que é oportuno o estudo pois acreditamos que trará para a instituição e a sociedade em geral um conjunto de elementos que ajudaram nas pesquisa, nas bibliotecas e Arquivos do ISCED-Huíla, e se pode transcender as demais Intuições. Porém Mostraremos o quanto foi perseverante a resistência do povo angolano face a intervenção estrangeira desde (1975-2002), na vida mais pluralista, de unidade na diversidade e num estado de direito.

Identificação do Problema

Em função das mudanças sociopolíticas que ocorreram na África Austral, contribuíram para que os Movimentos de Libertação Nacional Armados FNLA, MPLA e UNITA, entrassem para as cidades com todo o seu equipamento militar, os quais enfrentaram um mundo completamente diferente e que sofreram bastantes mudanças. Em algumas cidades capitais tornaram-se rapidamente num palco de confrontações que iriam sentenciar o rumo do processo de independência de Angola, numa estratégia global de exclusão mútua entre os três Movimentos de Libertação, cuja rivalidade assentava nas ideologias adversas e acentuadas no tribalismo, regionalismo. A competição político-militar era acérrima, pois objectivava-se deter o domínio de todo o país, principalmente na capital de Luanda que se tornou no ponto estratégico-militar mais importante para tomarem o poder, a 11 de Novembro de 1975. Outrossim, a guerra imposta ao povo angolano pelos três movimentos armados antagónicos, iniciada no período pró-independência e seguida ao longo dos anos do período pós- independência, teve como consequência, no contexto da guerra fria, a internacionalização do conflito armado, a invasão do território angolano por exércitos estrangeiros a Norte e Sul. Neste âmbito, somos então chamados a dar o nosso contributo para colmatar o grande fosso existente no registo da mesma.

Tendo em conta o pouco conhecimento a respeito do tema em causa e pelo facto do mesmo não ser aprofundado no programa curricular nas Instituições do Ensino Superior, em particular no ISCED-Huíla, achamos pertinente a investigação do tema ``Os actores militares e Os Acordos Em Angola``, (1975 – 2002).

Julgamos que a abordagem desta temática com profundidade poderá enriquecer os referidos conteúdos e contribuir com dados para a elaboração da História de Angola. Perguntas de pesquisa: dada a especificidade do tema, apresentamos as seguintes questões consideradas fulcrais:

1. O que é um conflito armado?

2. Que papéis jogaram os militares estrangeiros no conflito armado angolano entre 1975 a 2002?
3. Que acordos foram cruciais e quais as razões do seu processo?

Objecto de Estudo

O objecto de estudo desta investigação são os actores militares e os acordos de paz em Angola (1975-2002).

Objectivos da Investigação

Objectivo Geral

Analisar o papel dos actores militares e os acordos de paz em Angola (1975- 2002).

Objectivos específicos

- 1- Descrever o contexto do conflito interno angolano e a emergência dos actores militares de 1975-2002.
- 2- Explicar os acordos ocorridos em Angola e suas razões para o fracasso
- 3- A Importância dos actores militares no quadro dos acordos de Paz

Delimitação do Tema

O presente trabalho com título: O ACTORES MILITARES E OS ACORDOS EM ANGOLA enquadra-se no período que vai desde o ano de 1975 até 2002 caracterizado de período de conflitos internos armados com altas e baixas intensidades intermediados por acordos, na tentativa de solucioná-los.

Metodologia de Investigação

O trabalho de fim de curso com o tema: os actores militares e os acordos de paz em Angola (1975-2002), é de carácter descritivo, de natureza qualitativa com base etnográfica cujos dados são colhidos para descrever a pertinência do tema em pesquisa entre os actores militares que participaram do processo em causa, descorando deste modo a formulação de hipóteses.

Método Histórico: consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje (Vide Marconi e Lakatos, 2009,p. 91)

Método Dedutivo: Cujas aproximação dos fenómenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (Vide Marconi e Lakatos, 2007,p. 91).

Método Indutivo: Consiste num processo pelo qual, partindo-se de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contidas nas partes examinadas (Ibidem,p.90).

Pesquisa bibliográfica: Que procede da revisão da literatura, de documentos, de dados com vista a reconstrução de novas informações (Leite, 2008). Com recurso a variadas fontes: livros, artigos, documentos monográficos, periódicos (jornais, revistas, etc.) textos disponíveis em webgrafia, etc.¹ ou a pesquisa documental considerada cientificamente verdadeiros (Martins, 2010).

O procedimento dialéctico Histórico-comparativo usado para verificar a sua influência nas sociedades presentes, no seu ordenamento com o passado e influências dos contextos culturais (Marconi e Lakatos, 2009; Andrade, 2006, p.13). Procedendo para tal à técnica comparativa com vista a se ressaltar as diferenças e as similaridades entre grupos sociais, separados pelo tempo e espaço, dos diferentes sistemas político-culturais (Gil, 2008, pp.35-36 Apud Gildo Adriano, o papel das fronteiras colónias e a formação de Estados em África Pós-Coloniais: o caso de Angola,2020,pp.2-3).

Instrumento de Pesquisa : Sendo um estudo fundamentado sobre a pesquisa qualitativa e design descritivo não pode ser traduzido em números, pois esta pesquisa, não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, sendo uma pesquisa descritiva, o pesquisador tende a analisar os seus dados de forma indutiva. O processo e o seu significado são focos principais desta abordagem. Há uma predominância de categorias e análises mais descritivas e menos cálculos (Reis, 2010, p.63 apud Gildo Adriano, 2020, p.2). Neste campo, foram utilizados como instrumento de investigação o inquérito por questionário à dez (10) agentes militares, salvaguardando o anonimato, de uma forma ou de outra deram seus depoimentos, dos quais sete (sete) ingressaram no exército entre 1881-1998 e três (3) entre mil 2005-2012, que passaremos a descrição ao longo do desenvolvimento deste trabalho e serão identificados com códigos em letras alfabéticas maiúsculas.

Importância da Pesquisa O trabalho em questão tem como contributo o enriquecimento da História de Angola sobretudo aos acontecimentos no período do conflito armado desde (1975 -2002).

Do Ponto de Vista Teórico

Elaborar um quadro teórico-histórico sobre os actores militares e os acordos de paz em Angola (1975-2002).

Do Ponto de Vista Prático

Enriquecer os referidos conteúdos com apontamentos relacionados a estes actores militares, bem como proporcionar aos estudiosos da História um material de consulta, contribuindo assim para o aprofundamento dos seus conhecimentos relativos aos Actores Militares e os Acordos de Paz em Angola (1975-2002).

Estrutura do Trabalho

A estrutura compreende o seguinte: Agradecimentos, Dedicatórias, Resumo, Índice, Introdução e três capítulos.

No primeiro capítulo, fez-se uma breve resenha sobre o Enquadramento geográfico e histórico de Angola, superfície e limites do território, divisão administrativa antes e depois da independência, clima, hidrografia, fauna e flora.

O Segundo Capítulo, aborda os actores militares e os acordos em Angola entre 1975 - 2002. " Um estudo exploratório" Conceptualização de conflito; a Génese da Interferência Estrangeira no conflito Armado Angolano; a Cimeira de Mombaça ao Alvor Entre FNLA, o MPLA e a UNITA; a Suspensão dos Acordos de Alvor; a Independência e a Guerra Civil; Tentativa de Invasão á Capital angolana; a Invasão á norte e sul de Angola pelos Exércitos Zairense e Sul-africano; Implicações da Batalha do cuito-Canaval no conflito interno; Acordos de Bicesse; Razões do Fracasso dos Acordos de Bicesse; o Protocolo de Lusaka; Memorando Complementar do Luena e Princípios Fundamentais. E, por fim, as conclusões e as sugestões.

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTORICO DE ANGOLA

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTORICO DE ANGOLA

1.1– Produção Actual da Pesquisa

Acordos: pode ser entendido como a eliminação de oposição ou conflitos, conciliação, entendimento recíproco¹. É, no entendimento dos nossos entrevistados um conceito é relativo ao entendimento das partes desavindas ou a pessoas protagonistas das negociações, assinatura, plasmadas e rubricadas em documentos que influenciaram para que houvesse paz em Angola².

Actores Militares: segundo os nossos inqueridos afirmaram que o conceito em estudo faz menção aos protagonistas de guerra³; as entidades que de forma directa estiveram envolvidas no conflito angolano e são as que trataram das negociações de paz , aqueles que deram seu apoio directo ou indirecto no teatro militar ; responsáveis pela guerra e desestabilizaram a sociedade por intermédio da violência de armas ; todas as pessoas que tiveram uma grande influência sobre a guerra e a paz.

Angola: O nome “Angola” deriva da palavra bantu N'gola, que era um termo utilizado para designar Rei do Ndongo. O reino do Ndongo é uma obra de Ambundu (Mbundu) que ocupava uma faixa da África Central Ocidental ao longo do Baixo Kwanza e do Médio Kuango. O Reino do Ndongo foi constituído no século XIV (Mucuatchilamba, 2004,p.79).

1 (Dicionário Houaiss da Língua portuguesa, 2001, p. 65)

2 Nanga, Job, Jaime e Faria (2021). Entrevista concedida ao 22 de Setembro de 2021

3 Nanga, Silva Pedro (2021) agente das FAA- 5ª Região Militar, de 39 anos de serviço militar. Entrevista concedida aos 22 de Setembro de 2021.

Conflito: descreve o tipo de relação existente entre dois ou mais actores. As formas como essa relação se manifesta e as atitudes, percepções e comportamentos dos actores, perante as ideias e acções dos outros, determinam a existência de uma relação conflituosa ou não (Van-Dúnem, 2007, p.5). É o

resultado do confronto motivado por um choque intencionado, que pode suceder entre dois seres ou grupo de uma mesma espécie que, manifestando uma intenção hostil procuram neste caso, desarticular a resistência do outro, fazendo recurso à violência com o propósito de aniquilar o oponente (Freud, 1995, p.50).

Guerra: é o ápice de um confronto, ou seja, a mera continuação da política por outros meios (Clausewitz, apud Sivla, 2002 , p. 5). É, portanto, o meio para impor a nossa vontade e o nosso objecto (Ramos 2018, p.49).

Paz: o termo paz usualmente, significa a ausência da guerra que são necessariamente, opostos, antónimos. Mas entre estes termos existem situações e estágios intermediários (Silva, 2002 apud Adriano,2021, p.1).

A visão da conflitualidade animou os Estudos na busca do rigor positivista da paz para se aplicar nas ciências políticas. Tratava-se de compreender a guerra como “fenómeno susceptível de ser investigado como tantos outros” e a capacidade de explicar a sua presença, ausência ou magnitude” (Galtung,1964, p. 2; Singer, 1970, p. 540 apud Adriano,2021.p.5). Ou como diria Clausewitz (1988), A guerra, “não é um ato isolado” e sim o ápice de um confronto, ou seja, a mera continuação da política por outros meios (Clausewitz, 1988 apud Sivla,2002).

Com o objectivo de estudo na RI a análise do conceito de paz se tornou biunívoco e com novas abordagens: assim entendida por paz positiva como sendo a “integração da sociedade humana”, que implica ajuda mútua, educação e interdependência dos povos; ela (peace-building) vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social, contrapondo-se à paz negativa, entende como ausência de guerra e de violência física, o que não elimina a predisposição para que ela se materialize (peace-keeping) - (Clausewitz,1989 apud Silva, 2002. pp. 4-5).

1.2-Enquadramento Geográfico, Localização, Superfície e Limites do Território Angolano

Angola localiza-se no continente africano, a Sul do Equador (Hemisfério Sul) e a Este do Meridiano de Greenwich (Hemisfério Oriental). Angola faz parte do conjunto de países da África Austral. O território da República de Angola não se apresenta unificado, a província de Cabinda é a mais setentrional e constitui um enclave separado do restante território por uma faixa costeira pertencente a República do Congo. E faz fronteira a Norte e Nordeste com a República Democrática do Congo, a Este e Sudeste com a Zâmbia e a Sul com a Namíbia, o território pode ser dividido em seis zonas geomorfológicas: faixa litoral, a de transição para o interior, cadeia marginal de montanhas, planalto antigo, as bacias do Zaire, Zambeze e do Cubango (Altuna, 2002, pp10 -14).

As coordenadas geográficas extremas de Angola são: 4°22' de latitude Sul a Norte e 18°02' de latitude Sul o que dá uma amplitude latitudinal de 13°40' e 11°41' de longitude Este a Oriente, pelo que a amplitude longitudinal é de 12°24' (Sabino, 2005,p.7).

Angola é banhada pelo Oceano Atlântico, a costa é geralmente baixa e arenosa pouco acidentada, a extensão da fronteira marítima é de 1.650 km e 4837 km de fronteira terrestre a extensão total do território de Angola é de 1.246,700 km² (Roque, 1991,p.23).

1.2.1- Hipóteses da Origem do Nome de Angola

O nome “Angola” deriva da palavra bantu N'gola, que era um termo utilizado para designar Rei do Ndongo. O reino do Ndongo é uma obra de Ambundu (Mbundu) que ocupava uma faixa da África Central Ocidental ao longo do Baixo Kwanza e do Médio Kuango. O Reino do Ndongo foi constituído no século XIV (Mucuatchilamba, 2004,p.79).

Angola teve origem na palavra jingola, em Kimbundu, que significa uma pequena peça de metal que se tornou num símbolo de autoridade política entre as linhagens kimbundu. Nome Angola foi depois usado para significar um título real na região que se estendia entre Luanda e o planalto de Malanje e ao qual os portugueses antepuseram-lhe um “A” e passou a chamar-se Angola (Henderson,1999,p.14).

1.2.2– Habitantes

Angola, com uma superfície de 1.246,700 km², é um território que apresenta um conjunto de populações de línguas e culturas diversas, entre os quais há registos do Fundo Populacional Antigo que viveram antes da presença do grupo bantu composto por: Pigmeus, khoi-san e Vátuas(constituído por Cuepe e Cuisse), dispersos na zona limitada da floresta da África Central (R.D.C) e zona tropical. O primeiro vive ao longo do rio Cunene, no município de Quipungo (Huíla) e o segundo localiza-se nas margens do rio Curoca numa estreita faixa do deserto do Namibe. Os dados antropológicos da história cultural comprovam a existência de caçadores Pigmeus recolectores (Khoi-san ou Hotentotes e San ou Bosquímanos) em vastas regiões ao Sul do Equador são conhecidos por Ovan-Mukuankala ou Kamussequele, (Nsiangengo et al, 2009, pp.48 – 49).

«A História do povoamento do actual território angolano é a História da Interação, assimilação, extermínio, adaptação e de recuo de grupos étnicos» (Mucatchilamba,2005,pp.38 - 39). Mais de 75% da população pertence grupo étnico africano Bantu, que inclui os grupos etnolinguísticos Bakongo, Ambundu, Ovimbundu, Lunda-Cokwe, Ovanguela (Ngangela), Nyaneka-NKhumbi, (Vanyaneka-Lunkumbi), Herero (Ovahelero), Ambó (Ovambó ou Xikwanyama) e Xindonga ou Oshindonga (Castro, 2015, pp. 30 - 31).

1.2.3– Principais Actividades Económicas de Angola

A economia de Angola, caracteriza-se por ser predominantemente agrícola. Para além da agricultura, Angola é rica em minerais e uma da indústria pouco desenvolvida. A agricultura é um dos sectores que enfrenta maiores dificuldades em Angola. Estas dificuldades aumentaram com os problemas da guerra que o país viveu nos últimos anos. Uma parte significativa da população angolana pratica uma agricultura tradicional ou de subsistência, que apesar de ter sofrido certas alterações com a introdução de novas variedades de plantas, novos

instrumentos, ao longo dos séculos, é resultando da experiência acumulada por várias gerações de agricultores (Altuna,2002, pp.184-85).

O tipo de agricultura tradicional tem por finalidade garantir a alimentação, o auto-abastecimento das comunidades agrárias que a praticam. É uma agricultura que tem por base a subsistência, na medida em que a maior parte dos produtos cultivados se destinam a serem consumidos por quem os cultiva, ficando apenas uma pequena parte para a comercialização (Altuna, 2002, p. 185).

A agricultura em Angola é ainda voltada para a produção familiar do tipo de sobrevivência e, por isso mesmo, não é para a exportação, e regra geral são mais cultivados os cereais em quase *todo o país*. A agricultura itinerante desenvolve-se em áreas pouco povoadas em que as populações possuem reduzidos recursos. A prática da queimada está associada a este tipo de agricultura e provoca uma forte erosão dos solos. Em certas regiões de Angola, a pecuária (criação de gado), é a actividade económica de maior importância. A produção avícola tem importância na medida em que abastece o mercado interno. Actualmente, o potencial agro-pecuário em Angola está bastante reduzido, tanto em infra-estruturas, como em meios técnicos e recursos humanos (Sabino, 2005, p.117).

A orla marítima angolana, com cerca de 1650km, possui um potencial recurso piscatório. De Sul à Norte à Sul, desde as águas frias de Benguela às até a confluência do Zaire e dos numerosos rios dão por abundância à pratica tanto a pesca marítima como a pesca fluvial e lacustre (Castro, 2007,pp.186-190).

Angola é rica em minerais, especialmente diamantes, petróleo e minério de ferro, possui também jazidas de cobre, manganês, fosfatos, sal, mica, chumbo, estanho, ouro, prata e platina. As minas de diamantes estão localizadas perto do Dundo, no distrito de Lunda. Importantes jazidas de petróleo foram descobertas em 1966, ao longo de Cabinda, e mais tarde ao largo da costa até Luanda, tornando Angola num dos importantes países produtores de petróleo. Em 1975 foram localizadas depósitos de urânio perto da fronteira com a Namíbia (Altunaga, 2002,p. 155).

A extracção de petróleo é, sem sombra de dúvidas, a actividade mais importante do sector mineiro, pois desempenha um papel no financiamento global da economia de Angola, é o factor que contribui em maior medida para a criação de divisas do País (sabino, 2005,p 116).

A indústria transformadora destina-se fundamentalmente ao consumo interno, responsável pela produção de bens essenciais à vida das populações. Esta localiza-se essencialmente nas Províncias de Luanda, Benguela, Huambo e Huíla (Sabino, 2005,p.116).

CAPÍTULO II- OS ACTORES MILITARES E OS ACORDOS EM ANGOLA (1975-2002).

CAPÍTULO II- OS ACTORES MILITARES E OS ACORDOS EM ANGOLA (1975-2002).

2.1- Conceptualização de Conflito

Os dados indicam-nos que Angola é um espaço de todos que inicialmente os políticos tentaram construir com o nacionalismo sem ter em conta análise das diferenças étnico-culturais. No entanto, todos estão a favor de uma Angola indivisível. Para ilustrar isto, uma nova etnicidade de se identificar dentro das respectivas organizações políticas desconstrói as fronteiras das nações étnicas (Barradas, 2005,p. 216).

O conflito só existe quando os actores envolvidos numa relação estão predispostos a obter determinados objectivos através de meios e estratégias divergentes. Quando uma das partes não concorda com os objectivos ou meios de outrem, predispondo-se a impedir a sua realização, chega-se à fase de conflito, que se for mal gerido pode degenerar em violência. A forma como essa relação se manifesta e as atitudes, percepções e comportamentos dos actores, perante as ideias e acções do (s) outro (s), determina a existência de uma relação conflituosa ou não (Van-Dúnem, 2007,p.5).

Conflito pode ocorrer na esfera política e económica entre Estados e indivíduos. O conflito violento não se expressa apenas na guerra, mas envolve o rapto, ofensas verbais, ameaças, terrorismo, suicídio ou a reprodução cultural e social da violência. As diferentes concepções que os autores têm dos conflitos podem reduzir-se a duas categorias, nomeadamente a concepção objectiva e a concepção subjectiva dos conflitos. Segundo a concepção objectiva, o conflito pode ser definido como «uma situação de competição em que as partes estão conscientes da incompatibilidade das posições possíveis e na qual cada uma delas quer ocupar uma posição que é incompatível com a que a outra parte quer ocupar». De acordo com o raciocínio subjectivo, defendido por John Burton, o conflito é «o resultado de uma percepção errada de uma situação objectiva. Uma situação objectiva é entendida em termos de uma situação incompatível (Silva, 2002,pp.63 – 64; Barros,2006,pp.195-199).

2.2- A Génese da Interferência Estrangeira no Conflito Armado Angolano

A II Guerra Mundial foi o maior conflito internacional ocorrido no século xx e, dos escombros desta hecatombe inaugurou-se uma mudança de conjuntura, com o aparecimento de duas superpotências que iriam dominar a cena internacional, o que fez com que a Europa tenha deixado de ser a única a polarizar as atenções dos observadores da vida internacional. Dois dos vitoriosos deste conflito, os EUA e a URSS, dividiram o mundo em áreas de influência e a «*guerra fria*» marcaria as disputas políticas no Mundo entre os anos de 1945 e 1991, ou seja até ao fim efectivo da União Soviética. O período que se seguiu a 1945 do ponto de vista do equilíbrio diplomático mostrou-se razoavelmente estável: as diplomáticas foram marcadas pela divisão em esferas de influências entre os países vencedores e a consolidação de blocos, com a criação do campo socialista (Valles,1974,p.19).

Durante todo este período da luta armada houve tentativas para conseguir a unidade dos movimentos ou a constituição de frentes comuns. Mas sempre sem êxito. Em 1963 a OUA, que já reconhecia a FNLA, decidiu não reconhecer o MPLA e força-a a integrar na FNLA. Mas posteriormente a mesma OUA viria a abandonar este movimento e a reconhecer o MPLA. Em Dezembro de 1972, chegou a estabelecer-se um acordo entre o MPLA e a FNLA, mediado pelo secretário-geral da OUA e outros dirigentes africanos, mas o acordo não vingou. A OUA recusara-se sempre a reconhecer a UNITA, o que só veio a fazer nas vésperas do Alvor. O Comité de Descolonização da ONU ainda em Setembro de 1974, adoptava uma resolução que submetia à Assembleia Geral da ONU e que esta aprovaria, a qual afirmava o apoio e a solidariedade com os movimentos de libertação referindo-se expressamente a FNLA, MPLA, PAIGC, FRELIMO e MLSTP. Não era certamente por acaso, nem por esquecimento, que a UNITA era o movimento, em todas as colónias portuguesas, que era omissa (Correia,2017,p.43).

2.3- Da Cimeira de Mombaça ao Alvor entre FNLA, MPLA e UNITA

O derrube do regime de Marcelo Caetano pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) em 25 de Abril de 1974, pôs fim à colonização nos territórios do Ultramar, particularmente em Angola foram assinados acordos de tréguas com os movimentos de Libertação Nacional: UNITA foi o primeiro movimento a cessar as hostilidades com os portugueses, no dia 14 de Junho de 1974. Mais tarde, a delegação portuguesa estabeleceu contactos com a FNLA em Kinshasa e assinou um acordo de cessar-fogo, em 12 de Outubro de 1974, e a 22 de Outubro do mesmo ano, o MPLA formalizou um acordo de cessar-fogo com os portugueses, nas chanas do Lunhamenge (Silva, 2002,p.29; Ramos, 2008,p:175). Na sequência criou-se um Governo provisório com o qual Portugal iniciou as negociações com os três principais movimentos de libertação de Angola. Angola transformar-se-ia naquele que seria o caso mais problemático, pois que os movimentos de libertação não manifestavam a menor vontade em cumprir com o acordo e procuraram ou criaram situações para tentar controlar o poder e faltava o reconhecimento mútuo entre os protagonistas da luta armada para se poder negociar um acordo com Portugal (Pinto,2005,pp.152 - 154). Mas, a 3 de Janeiro de 1975 sob mediação do Presidente Mzee Jomo Kenyatta, realizou-se em Mombaça (Quénia) um acordo entre o MPLA e a FNLA. A 5 de Janeiro realizou-se o acordo tripartido entre o MPLA, a FNLA e a UNITA e as suas delegações 4(Van-Dúnem , 2008, p. 180).

Segundo Van-Dúnem (2008) e Macqueen (1998, p.215). quatro princípios foram destacados neste encontro de Mombaça: 1-Princípio da legitimidade

4 Delegação do MPLA, foi chefiada pelo Presidente Agostinho Neto, integrava, entre outros, as seguintes personalidades: Lúcio Lara, Lopo do Nascimento, Afonso Van-dúnem (Mbinda), Diógenes Boavida e Pascoal Luvualo. (Van-Dúnem , 2008,p. 180). A delegação da FNLA foi chefiada pelo Holden Roberto que integrava, entre outras, as seguintes personalidades: N'gola Kabangu, Hendrick Vaal Neto, Jacob Isaac, Samuel Abrigada, Mateus Neto, Lubaki Ntemo, Paku Zola Demba, Marques Barroso, Francisco Alípio Rómulo, António João Fernandes e Paulo David Moyo. A delegação da UNITA foi chefiada por seu líder Jonas Savimbi e integrava, entre outros, as seguintes personalidades: António Vakulukuta, Fernandes Wilson, Jorge Valentim, Jorge Sangumba, Tony Fernandes, José Ndele, Marques Kakumba, Ruben Chitacumba, Ousman Goniam, Jean Paul e Waldemar Chindondo. No mesmo dia, 5 de Janeiro de 1975, terminou a reunião entre o MPLA, a FNLA e a UNITA com a aprovação de uma plataforma de negociação com Portugal sobre as modalidades da independência (Van Dunem , 2008,p.180).

revolucionária, isto é, não exclusão de qualquer outro partido angolano na fase de preparação da independência; 2-Princípio da necessidade de um período de transição; 3-Princípio da integridade territorial do país, com onde enclave de Cabinda é como integrante e inalienável do território angolano e 4-Princípio da cidadania e da respectiva nacionalidade nascidos em Angola poderão ser considerados cidadãos angolanos (Van Dunem , 2008,p.180).

Apesar da definição desses princípios diz Ki-Zerbo (2002) as posições permaneciam na mesma, e se constituírem em uma frente para as negociações que levariam ao acordo de Alvor de 10 a 15 de Janeiro de 1975 que visava a proclamação da independência e conseqüentemente, a transferência do poder para os angolanos. Assim, os três movimentos de libertação nacional de Angola, nomeadamente o MPLA, a FNLA e a UNITA, reuniram-se em Alvor, Algarve no Hotel da Penina (Portugal), de 10 a 15 de Janeiro de 1975, com a parte portuguesa(Ki-Zerbo,2002,p.283; Ramos, 2018), com a delegação Portuguesa⁵. Rosa Coutinho embora presente nas conversações, não fazia oficialmente parte da delegação portuguesa. Pela parte angolana, as delegações estavam encabeçadas pelos presidentes dos movimentos de libertação nacional e integrados seus respectivos membros da delegação⁶

5 Para além de Melo Antunes, a delegação portuguesa era constituída por Almeida Santos, Mário Soares, o Ministro da Coordenação Inter-territorial, o brigadeiro António da Silva Cardoso, do Governo de Luanda, O Tenente-Coronel Gonçalves Ribeiro, do Governo Provisório de Angola, o Major Pedro Pezarat Correia, representando o MFA de Angola, o Dr. Fernando Reino e o Tenente Coronel Ramos, da Comissão Nacional de Descolonização

6 A delegação do MPLA integrava o Presidente Dr. António Agostinho Neto, Lúcio Lara, Iko Carreira, João Luís Neto (Xiyetu), Lopo do Nascimento, Joaquim Kapango, Paulo Texeira Jorge, Diógenes Boavida, Saydi Mingas, Domingos Van-Dúnem, Maria Mambo Café e Maria do Carmo Medina. A delegação da FNLA foi liderada pelo Presidente Holden Roberto, e composta por 106 delegados, dos quais destaca-se o : Ngola Kabangu, Johnny Eduardo, Hendrick Vaal Neto, Dr. Baptista Nguvulu, Dr.^a Graça Tavares, Samuel Abrigada, Mateus Neto. A delegação da UNITA foi liderada pelo Presidente Jonas Savimbi e fazia-se acompanhar pelos seguintes delegados: Jorge Valentim, António Vakulukuta, Tony Fernandes, Dr. José Ndele, Jaka Jamba e outros (Ki-zerbo,1998.p. 214). A delegação da UNITA foi liderada pelo Presidente Jonas Savimbi e fazia-se acompanhar pelos seguintes delegados: Jorge Valentim, António Vakulukuta, Tony Fernandes, Dr. José Ndele, Jaka Jamba e outros (Ki-zerbo,1998.p. 214).

Na Cimeira, foi marcado o dia 11 de Novembro de 1975 como a data da proclamação da independência, ao mesmo tempo que foram definidos como órgãos de poder político para o período de transição, o Alto-Comissário (António Silva Cardoso) e o Governo de Transição. Foram igualmente definidas as competências e a constituição dos órgãos do poder político transitório. Toda a governação restante era quadripartida: Os ministros e os titulares das secretarias de Estado eram designados em igual número, por cada um dos movimentos de libertação e por Portugal (Ki-zerbo,1998,p. 184). Ora este acordo, assinado entre Portugal e os movimentos nacionalistas africanos, não resolvia nenhum dos problemas fundamentais e limitou-se a fixar a data da independência num quadro único e indivisível (Ki-Zerbo, 2002,p.283). A comissão Nacional de Defesa era composta pelo Alto-Comissário, pelo Colégio Presidencial e pelo Estado-Maior Unificado, e a ela integravam os comandantes dos ramos das Forças Armadas portuguesas e dos três movimentos de libertação nacional. O Corpo da Polícia Nacional era composto por efectivos dos três movimentos e presidido por um comando unificado sob a autoridade do Alto Comissário Nacional de Defesa. Com base no Acordo de Alvor foi constituído um governo de transição quadripartido, com a missão de velar pela manutenção dos órgãos administrativos do governo durante a vigência do processo de transição Os membros que fizeram parte do governo de transição.

(FNLA) Ministro do Interior e Henrique Santos Onambwe (MPLA) e Engenheiro João Wahekeny (UNITA) Secretários do Estado geológico; Dr. Manuel Rui Monteiro Ministro da Informação e Dr. Jaka Jamba (UNITA), Hendrick Vaal Neto (FNLA) Secretários do Estado; Engenheiro António Dembo (UNITA) Ministro do Trabalho e Segurança Social e David Aires Machado que substituiu Cornélio Caley (MPLA) e Dr. Baptista Nguvulu (FNLA) Secretários do Estado; Dr. Vasco Vieira de Almeida (Portugal) Ministro da Economia; e, Manuel Alfredo Teixeira Coelho Secretário de Estado das pescas, Dr.^a Graça Tavares (FNLA) Secretário de Estado do Comércio e Turismo, Engenheiro Augusto Lopes Teixeira (MPLA) Secretários de Estado da Indústria e Energia; Dr. Saydi Mingas (MPLA) Ministro do Planeamento e Finanças; Dr. Diógenes Boavida

(MPLA) Ministro da Justiça Engenheiro Albino Antunes da Cunha (Portugal) Ministro dos Transportes e Comunicações; Dr. Samuel Abrigada (FNLA) Ministro da Saúde e Assuntos Sociais; Engenheiro Manuel Alfredo Resende de Oliveira (Portugal) Ministro das Obras Públicas, Habitações e Urbanismo Professor Jerónimo Wanga (UNITA) Ministro da Educação e Cultura, Engenheiro Mateus Neto (FNLA) Ministro da Agricultura; Engenheiro Jeremias Kalandula Chitunda (UNITA) Ministro dos recursos naturais (Ki-zerbo,2002,pp.187 -190).

2.3.1- A Suspensão dos Acordos de Alvor

No fim de Agosto de 1975, deu-se a suspensão do acordo de Alvor e Portugal começou uma grande ofensiva diplomática com o duplo objectivo de afirmar a continuação do seu papel, numa fase em que, tanto FNLA, MPLA e UNITA, não se entendiam nem souberam coordenar as suas acções na luta pela libertação do seu país. Aparentemente com idêntico objectivo de obrigar Portugal a reconhecer o direito de Angola à independência, revelaram-se sempre incapazes de unir os seus esforços numa frente comum e, pelo contrário, manifestaram uma permanente vocação pela rotura interna e mesmo para o confronto armado entre eles (Pezarat,1991,p.35).

vésperas do 25 de Abril num leque de opiniões que iam desde as teses integracionistas de manutenção do status no que só tinham adeptos nos sectores mais radicais da situação, até aos defensores do abandono puro e simples, perfilhado por minorias de oposição de extrema-esquerda, alinhar-seiam tendências diversas que no centro, se confundiam em soluções federativas ou confederativas, nas quais convergiam as frangas da esquerda da situação e da direita da oposição (Correia, 2017,p. 43).

2.4- A Independência e a Guerra Civil

O capítulo das negociações por via diplomática e da luta armada conduziu à colónia para um Estado emergente em África: a cerimónia da proclamação teve lugar na

actual praça da Independência onde -foi instalada uma tribuna a partir da qual o Presidente do MPLA, António Agostinho Neto, fez a alocução oficial. Assim as 0 horas do dia 11 de Novembro. Em simultâneo, em Carmona, hoje Uíge, e em Nova Lisboa, hoje Huambo, os ainda aliados Holden Roberto, Presidente da FNLA, e Jonas Savimbi Presidente da UNITA, proclamavam a efémera República Democrática de Angola. Não se tratando de uma posição oficial, este acto não mereceu qualquer reconhecimento da comunidade internacional. De 1975, o Presidente Agostinho Neto proclamara a independência do 47.º país africano, a República Popular de Angola (Van-Dúnem, 2007,pp. 187- 190).

Em nome do Povo Angolano, o Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclama solenemente perante a África e o mundo a independência de Angola. Nesta hora, o Povo Angolano e o Comité Central do MPLA observam um minuto de silêncio e determinam que vivam para sempre os heróis tombados pela independência da pátria. Correspondendo os anseios mais sentidos do Povo, o MPLA declara o nosso país constituído em República Popular de Angola (Barradas, 2005,p.170).

A presença da potência colonial encontrava-se, portanto, encerrada. Assim, a seguir à assinatura de Alvor, a FNLA começou a valer-se da sua superioridade militar para empurrar os seus rivais, impondo-se em assuntos de vária ordem, por intimidação e, ocasionalmente, pelo recurso à violência (Pinto, 2005,p. 124). Porém, é importante sublinhar que em Angola os acontecimentos que se seguiram à assinatura do Acordo de Alvor eram claramente influenciados pelos acontecimentos em Lisboa com a presença comunista no Governo. Talvez por isso, em vez das eleições previstas para Setembro, Angola foi invadida: as tropas cubanas desembarcaram massivamente a partir de 1975, ao mesmo tempo que instrutores e material bélico soviético. Aliás, esta invasão permitiu perceber a multiplicação e o agravamento dos confrontos entre os movimentos nacionalistas e a vitória do MPLA. A 11 de Agosto de 1975, travou – se uma importante batalha pelo controlo da capital, na qual o MPLA liderado por António Agostinho Neto, saiu

vencedor sagrando-se dono e senhor de Luanda. Perante a passividade das autoridades portuguesas, o MPLA, senhor da capital onde tinha a sua base de apoio proclamou a 11 de Novembro de 1975 (Barradas, 2005,p.156).

2.4.1- Tentativa de Invasão á capital angolana

O tenso clima político-militar que se vivia em Angola, nas vésperas da Independência, resultava da intolerância dos movimentos de libertação nacional e reforçado pela inoperância do governo de transição e da comissão nacional de defesa, o que tornava insustentável a vida em Luanda. A 14 de Julho de 1975, membros e simpatizantes do MPLA e as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) lançaram um ataque de grande envergadura contra as instalações da FNLA em Luanda, escorraçando o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) que se refugiou na Fortaleza de São Pedro da Barra. Sem apoio popular e sem força militar, a UNITA, após o primeiro confronto com as FAPLA na sua base em Luanda retirou-se da capital. Jonas Savimbi tinha ordenado à sua delegação de Luanda a evacuação do maior número possível do seu efectivo para o Sul e o Leste de Angola. A 20 de Julho, as FAPLA lançaram um assalto à Fortaleza de São Pedro da Barra, o último reduto da FNLA em Luanda, tendo este movimento abandonado definitivamente a cidade. Reagindo à derrota da FNLA, a 25 de Julho, Holden Roberto declarava, a partir de Kinshasa, guerra total contra o MPLA, com recurso às forças estrangeiras e mercenários de várias nacionalidades. Em resposta, o MPLA proclamou a 26 de Julho a Resistência Popular Generalizada. É no auge da tensão militar que, a 30 de Julho, o altocomissário general Silva Cardoso, se demitiu (Ramo,200,p.163).

2.4.2- Invasões a Norte e ao sul de Angola pelos Exércitos Zaireense e Sul africanos

No entanto, dias antes da proclamação da independência, já com reforços cubanos, o MLPA travou o avanço da FNLA com o apoio das forças regulares do exército zaireense na baixa de Kifangondo , forçando a retirar para as suas zonas de segurança. Assim, a seguir aos confrontos, o MPLA lançou-se numa ofensiva em

toda a área de predominância étnica ambundo, na faixa de Luanda a Malanje estendendo-a depois até às Lundas (Justino Ramo,2008,p.143).

Todavia, tudo o que aconteceu a seguir à proclamação da independência da RPA terá de ser visto à luz da conjuntura internacional. O território angolano passou a ser palco da guerra fria, através de invasões estrangeiras, com os EUA a utilizar a actual RDC como veículo de canalização do seu apoio à UNITA, e a URSS a manter a sua ajuda ao MLPA através de Cuba, transformando Angola num caso de estratégia fundamental. (Tali, 2001,p.124 apud Costa, 2010,p.67).

A linha política socialista defendida pelo MPLA a firmeza dos seus princípios fez temer alguns países vizinhos, que não deixaram de manifestar a sua preocupação quanto ao futuro de Angola sobre a liderança do MPLA. Estamos a falar do Zaire com fortes interesses em Cabinda e da África do Sul,e logo temia-se um apoio do MPLA à SWAPO e uma condenação clara do MPLA ao regime racista do Apartheid que se praticava naquele país.Foi neste pressuposto que Savimbi e Holden Roberto se colocaram à disposição da África do Sul, na sequência do envolvimento do Ocidente nas questões de Angola neste período os E.U.A forneceram igualmente a sua ajuda militar à FNLA e à UNITA. A invasão zairense tinha como objectivo, impedir a proclamação da independência de Angola a 11 de Novembro de 1975, para tal havia a necessidade de se encontrar caminho que facilitava a chegada a Luanda; por que as províncias do Zaire, Uíge e Malanje, tornando-se palco de confrontos violentos com os destacamentos das FAPLA, no dia 22 de Julho de 1975, O regime do apartheid e o imperialismo americano, era necessário impedir que o MPLA governasse Angola; para tal apoiaram por todos meios a FNLA e a UNITA, As Forças Sul-africanas (SADF) tomaram a primeira grande iniciativa ao ocupar na segunda semana de Agosto de 1975, as barragens hidroeléctricas do Ruacaná e do Calueque, no rio Cunene junto à fronteira com a Namíbia. A 14 de Outubro de 1975, teve início a invasão sul-africana de maior envergadura, quando uma coluna das Forças Sul-africanas atravessou a fronteira em Oshikango. Iniciada a marcha para o interior, a força especial do Batalhão sul-africano ocupa a cidade de Serpa Pinto (actual Menongue) e regressando para Sul, a 19 de Outubro ocupa

a cidade de Pereira de Eça (actual Ondjiva), defendida apenas por 150 homens das FAPLA. No dia seguinte, entra na Chibia e na Cidade de Sá Bandeira (actual Lubango), que foram tomadas entre os dias 23 e 24 de Outubro, e Moçâmedes (Namibe), entre 27 e 28. No dia 30, o invasor seguiu para Cacula onde se confrontou com as FAPLA que, foram obrigadas a retirar (Van-Dúnem,2008,pp.214-217).

No mês de Novembro, a incursão sul-africanas continuou por Angola dentro, assim no dia 1 do mesmo mês, a localidade de Quilengues caiu nas mãos do Batalhão sul-africano que também tinha alcançado Chongoroi, localidade abandonada pelas FAPLA que, por razões estratégicas, se tinham posicionado 20 quilómetros adiante a ponte do rio Koporolo, a localidade de Katengue a poucos quilómetros de Benguela testemunhou fortes confrontos entre os Sul-Africanos e as FAPLA que tentavam para reprimir o furor das colunas sul-africanas que se dirigiam para o Norte (Van-Dúnem,2008,pp.214-217).

Éramos aproximadamente 1000 Homens. Não tínhamos experiência de guerra de posições. Não tínhamos armamento adequado. Não tínhamos comandos para grandes unidades. Sofremos uma esmagadora derrota. Perdemos centenas de Homens incluindo vários instrutores cubanos. Daí que as linhas de defesa em Katengue romperam-se e as FAPLA viram-se obrigadas a recuar. O outro grupo que vinha com Savimbi, passou ali por Katengue, onde tivemos aquele grande combate, onde perdemos uma centena de armas (Revista Especial Executivo n.º6, 2005,p. 64).

À saída das FAPLA de Benguela a 5 de Novembro de 1975, os Sul-Africanos não haviam entrado logo na cidade, o que fez acreditar a população que os invasores estariam longe das posições das FAPLA. Ainda assim, a cidade do Lobito caiu a 7 de Novembro e o recuo para Novo Redondo (Sumbe) foi inevitável e as tropas Sul-Africanas rumaram para o Norte visando Novo Redondo, os seus batalhões seguem marcha, mas defrontam-se com uma emboscada no Kicombo a 11 de Novembro tendo registado 20 feridos. As acções no terreno, revelavam-se cada vez mais difíceis para as FAPLA, defendiam suas posições no sentido de impedirem progressão que põe em causa a proclamação da Independência Nacional pelo

MPLA. Após a retirada de Benguela e já na elaboração de um novo plano de defesa a partir de Novo Redondo concentraram-se as forças para uma maior contenção do avanço do inimigo no terreno. A partir do Novo Redondo, as FAPLA passaram a contar com o apoio dos internacionalistas cubanos. A presença cubana resumia-se a alguns instrutores que davam formação nos Centros, preparando os militares do futuro exército regular de Angola. Depois de sucessivas derrotas e expulsão de Luanda, a FNLA realizou várias incursões armadas a partir de Caxito e Barra do Dande, «progredindo aceleradamente desde a fronteira Norte para impedir que a 11 de Novembro de 1975, o MPLA proclamasse a Independência Nacional de Angola» O líder da FNLA, Holden Roberto, previa que as suas forças tomariam e ocupariam Luanda no dia 10 de Novembro, a julgar pelo apoio com que contava dos 120 mercenários portugueses e uns tantos assessores, entre eles um grupo de Sul-africanos dirigido pelo general Roos, Os meses de Setembro, Outubro e Novembro foram sombrios e tempestuosos MPLA destacadas nas posições defensivas em Libongos rumando para Luanda. Nessa cruzada, o inimigo tomou a localidade de Vista Alegre e colocou sob pressão o Piri e Kibaxe, as 5 horas da madrugada do dia 10 de Novembro de 1975, três bombardeiros sul-africanos sobrevoaram e atacaram as posições das FAPLA ao mesmo tempo que um dispositivo militar composto por uma companhia de mercenários portugueses .O MPLA ajudado pelos cubanos, fez com que os Sul-africanos retira-se os seus artilheiros. A 10 de Novembro de 1975, o Alto-Comissário português, almirante Leonel Cardoso (substituiu o general Silva Cardoso a 23 de Agosto de 1975), leu aos microfones da emissora oficial em Luanda, uma proclamação em nome do presidente da República Portuguesa, onde afirma “transferir” para o povo angolano a soberania de Angola. As 18 horas, a bandeira lusa que durante séculos permaneceu nos mastros da fortaleza de S. Miguel e do edifício do palácio do Governo-General, enquanto nas instalações da Base Naval os últimos militares portugueses embarcaram em três navios de guerra e no navio-transporte “Niassa,” para rumarem a Lisboa. A Norte, as FPLA fizeram recuar no dia 10 em Kifangondo, as investidas da coligação FNLA e mercenários comandados pelo tenente-coronel

Santos e Castros das tropas zairese ao serviço da FNLA que foram obrigados a retroceder para região de Caxito (Correia,2005,p. 227).

2.4.3- Implicações da Batalha do Cuito-Canavale no Conflito Interno

A Batalha de Cuito-Cuanavale foi o maior confronto militar da Guerra Civil Angolana, ocorrido entre 15 de Novembro de 1987 e 23 de Março de 1988 . O local da batalha foi o sul de Angola na região do Cuito-Cuanavale na província de Cuando-Cubango, onde se confrontaram os exércitos de Angola FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) e Cuba (FAR) contra a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e o exército sul-africano. Foi a batalha mais prolongada, que teve lugar no continente. Seguindo uma série de tentativas frustradas de dominar a região em 1986, oito brigadas da FAPLA realizaram uma ofensiva, conhecida como "Operação Salutando Outubro" em agosto de 1987 contra as bases da UNITA em Jamba e Mavinga, contando com apoio de armas e tanques T-62 soviéticos, bem como unidades motorizadas cubanas. A África do Sul, que fazia fronteira com Angola por meio do território em disputa da atual Namíbia, estava determinada em prevenir que a FAPLA ganhasse controlo da região e permitisse que a Organização do Povo do Sudoeste actual nesse no local. Não obstante, o evento tornou-se o ponto de viragem decisivo na guerra que se arrastava há longos anos, incentivando um acordo entre Sul Africanos e Cubanos para a retirada de tropas e a assinatura dos Acordos de Nova Iorque, que deram origem à implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, levando à independência da Namíbia e ao fim do regime de segregação racial, que vigorava na África do Sul. O debate sobre o que significou Cuito- Cuanavale tem sido intenso, numa parte porque os documentos sul-africanos relevantes continuam sem serem revelados (Chimanda, 2010).

2.5- Acordos de Bicesse

Relativamente ao acordo de cessar-fogo, este estabelecia os princípios e as condições de cessar-fogo, tendo em vista a cessação das hostilidades entre os beligerantes e a extensão da paz a todo território nacional. O cessar-fogo deveria ser total e definitivo, bem como garantir a livre circulação de pessoas e bens. A supervisão geral do cessar-fogo cabia aos beligerantes, no quadro da comissão conjunta político-militar (CCPM), em conformidade com o estabelecido nos princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola, o acordo constitui o núcleo essencial dos contratos e consiste na convergência das várias manifestações da vontade das partes (Código Civil, 2006,p.232).

A remoção e a resolução do problema da paz e da segurança na região, uma vez que Angola não podia continuar a ser “ o parque de diversões da guerra fria”, depois de ter sido, “ a jóia do império colonial português” Nesta óptica, dava-se o processo que conduziria às conversações quadripartidas entre Angola, África do Sul, Cuba e a SWAPO, concluídas em Nova Iorque em 1988. Em síntese, apesar da retirada das tropas sul-africanas e cubanas, não se vislumbrava ainda nenhuma solução para o conflito interno angolano (Silva,2002,pp.36-37). Foi assim que a 22 de Junho de 1989 sob iniciativa do governo angolano, Mobutu tomou a iniciativa de convocar para Gbadolite uma cimeira com o presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi que, contou com a presença de 18 chefes de Estados africanos, entre os quais os Presidentes Mousa Traoré do Mali, Kenneth Kaunda da Zâmbia, Paul Biya dos Camarões, o rei Hassan II do Marroco, Ibrahim Babangida da Nigéria, Robert Mougabe do Zimbabwe, Quett Masire do Botswana, Pierre Buyoya do Burundi, Aristides Pereira de Cabo Verde, Hisséne Habré do Tchade, Denis Sassou-Nguesso do Congo, Omar Bongou do Gabão, Bernardo Vieira da Guiné Bissau, Joaquim Tchissano de Moçambique, Manuel Pinto da Costa de São Tomé e Príncipe e Ali Hassan Mwinyi da Tanzânia. Esta cimeira marcou o primeiro encontro directo entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi (Silva,2002,pp. 42 - 43).

Da cimeira de Gbadolite não emergiu verdadeiramente um acordo, apesar de ter representado, ainda que tímido, um avanço no longo processo de negociações. Assim entre 24 e 25 de Abril de 1990, o Secretário de Estado Português para os

Assuntos Estrangeiros José Manuel Durão Barroso, convocou o Governo angolano e a UNITA a fim de começarem um processo de negociação que resultou no Acordo de Bicesse. um passo significativo para frente foi dado na quarta ronda de conversações, tidas em Setembro de 1990, quando os EUA e a União Soviética se envolveram directamente nas negociações, Conhecidos colectivamente por Troika, Portugal, EUA e a antiga URSS foram importantes para obter o acordo, assinado perto de Lisboa aos 31 de Maio de 1991 (Silva,2002,pp. 42- 43;Comerford, 2005,p.10).

A definição e os princípios que caracterizaram o cessar-fogo entre o MPLA e a UNITA, como fim de alcançar a paz em todo o território nacional (Mbah,2010,pp-90-94).

a)O reconhecimento pela UNITA do Estado Angolano do seu governo e do Presidente José Eduardo dos Santos, até serem realizadas eleições gerais. **b)** no momento em que o cessar-fogo entrar em vigor, a UNITA adquirirá o direito a realizar e participar livremente em actividades políticas (democracia multipartidária) **c)**: O Governo da República Popular de Angola realizará conversações com todas as forças políticas. **d)** realização de eleições livres e justas, após um recenseamento eleitoral conduzido sob a supervisão de observadores eleitorais internacionais. **e)** Assinatura do cessar-fogo e a determinação do período para a realização das eleições livres e justas. **f)** Respeito pelos direitos humanos e liberdades básicas, incluindo o direito de livre associação. **g)** Criação do Exército Nacional entre o GRPA e a UNITA, no quadro da Comissão Conjunta Político-militar (CCPM), com o apoio do grupo de monitorização internacional (Mbah,2010,pp.90-94).

Os acordos de Bicesse abriram um longo processo que devia terminar com a realização de eleições multipartidárias para uma Assembleia Legislativa de eleições

pluralistas para a presidência da República, fixadas para os dias 29 e 30 de Setembro de 1992⁷ (Imbamba, 2010, p.99).

2.5.1- Razões do Fracasso dos Acordos de Bicesse

Segundo (Imbamba 2010,p.101), o período que antecedeu as eleições, apesar dos inúmeros incidentes de percurso⁸, foi entusiasmante e animador, pois, pela primeira vez depois da independência, os angolanos puderam percorrer, sem grandes sobressaltos, as estradas do país adentro, reinando assim, a actividade comercial e social. O povo, pela primeira vez, foi chamado a escolher livremente o Presidente da República e os deputados à Assembleia Nacional. A afluência às urnas naqueles dois dias memoráveis (29 a 30 de Setembro de 1992), foi espectacular e surpreendente, mais de 92% da população exerceu o seu dever de voto, e o grau de civismo manifestado pelos eleitores embasbacou todo o mundo e o veredicto final, tornado público, a 17 de Outubro de 1992, custou caro aos angolanos, dava aos partidos e candidatos mais votados os seguintes resultados: vitória do MPLA com 53, 74% dos votos nas eleições legislativas, o que lhe dava 129 dos 223 assentos

do parlamento ficando a UNITA como segundo partido mais votado com 34,10%, equivalente a 70 lugares Candidato do MPLA com 49,57% dos votos levou vantagem sobre a UNITA que contava com 40,07% dos votos. E como nenhum dos dois conseguira a maioria absoluta, tudo ficou remarcado para uma segunda volta, o mundo diplomático meteu-se em acção e uma comissão encarregue de investigar as aludidas fraudes foi instituída: os boletins de votos foram contados e recontados

7 É de salientar que a calendarização das eleições constituiu um sério obstáculo que quase fizera naufragar todo o processo negocial. As discórdias residiam no facto de a UNITA exigir um espaço de tempo curto (nove meses no máximo) e o governo pretender que o tempo fosse mais elástico (três anos pelo menos), dada as circunstâncias reais do país. O compromisso final foi a divisão aritmética da diferença, em vez de se basear na análise das tarefas envolvidas (Anstee, 1997,p.38).

8 Esses incidentes não eram provocados pelos militares, que, no conjunto respeitavam o cessar-fogo, mas sim, pelos políticos de ambas as partes, que com os seus discursos inflamados e provocatórios e a difusão de comunicados assustadores, criaram grandes apreensões no seio do povo (Segundo CEAST, 1992,p.3)

e o certo é que irregularidades de vulto que influenciasses os resultados finais nunca foram comprovadas (CEAST 1992,p.3; Damião,1990,p.100-105).

:

À luz dos factos e observações acima referidas (aludindo às fases de todo o processo), e depois de ponderar com muito cuidado as preocupações e pontos de vistas expressos por todos os partidos angolanos, bem como pelos outros observadores internacionais, a Organização das Nações Unidas considera que, embora se tenham verificado algumas irregularidades no processo eleitoral. Não houve nenhuma prova conclusiva de grande, maciça ou sistemática fraude, nem que as irregularidades assumissem proporções capazes de afectar significativamente os resultados anunciados a 17 de Outubro.As Eleições realizadas nos dias 29 e 30 de Setembro podem ser consideradas, na sua globalidade, livres e justas. A Organização das Nações Unidas apela a todos os angolanos e a todos os líderes políticos de Angola, assim como à comunidade internacional, para que respeitem e apoiem os resultados desta fase do processo eleitoral (Anstee, 1997,pp.317 - 318).

a)A gestão da transição para a democracia foi problemática em vários sentidos. também não ajudou na consolidação de uma transição suave para um governo democrático;**b)**A desmilitarização da UNITA que não se verificou na sua totalidade, permitiu deste modo o reinício dos conflitos; **c)**A missão da ONU, UNAVEM II, não dispunha de um mandato ou de meios adequados à tarefa colossal que tinha em mãos, tendo em conta a dimensão do país. Como ela mesmo afirmou na altura, era como se lhe tivessem pedido para «pilotar um Boeing 747 com o combustível necessário para um DC3»; **d)**O tempo disponível para a concretização da missão (16 meses) era claramente curto, sobretudo atendendo à dimensão do território, às tarefas a concretizar, às dificuldades logísticas e à desconfiança reinante entre as duas partes, **e)**As eleições não deveriam ter sido realizadas sem que tivesse sido cumprido o objectivo de formar uma força militar angolana única impedindo que as partes conservassem forças próprias; (Comerford,2005,p.15).

2.5.2- Protocolo de Lusaka

O ponto prévio para o início das conversações de paz em Lusaka, consistia na aceitação formal, quer pelo governo angolano como pela UNITA, dos acordos de paz de Bicesse e das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas desde o recomeço da guerra em Outubro de 1992, (Silva, 2002,p.179).

Contestados os resultados, a guerra voltou a Angola algumas semanas depois das eleições, tanto o governo como a UNITA responsabilizaram a ONU por ambos não terem cumprido com os Acordos de Bicesse⁹. Fracassaram todas as rondas negociais na província do Namibe em Novembro de 1992, em Addis Abeba, em Janeiro de 1993 e em Abidjan, em Abril e Maio de 1993. No Namibe, ambas as partes concordaram em implementar plenamente um acordo que fracassou (Ramos,2018,p.106-108 ; Silva, 2002,pp.179 - 180).

Com a nomeação de um novo representante especial das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, novas conversações de paz começaram em Lusaka que demoraram mais de um ano. Este protocolo foi «*largamente baseado no Protocolo de Abidjan, com o qual quase tínhamos conseguido um acordo, cerca de um ano e meio antes*»,Naquela altura as conversações de paz tinham uma importância secundária aos eventos nos campos de batalha (Anstee,1997,p.683).

O fracasso do processo de paz de Lusaka, não era apenas devido a má-fé da UNITA. A estratégia da ONU em não revelar “publicamente” violações dos acordos, a sua falta de transparência e a falha de implementar os embargos da ONU debilitou qualquer intenção que a UNITA ou o Governo tinha em observar o Protocolo de Lusaka. Com o colapso do Processo de Paz de Lusaka, a sua estratégia de não ver maldade nenhuma nem falar dela foi “desastrosa” (Comerford, 2005,p.17).

No entanto, por causa da continuação das hostilidades, as conversações entre representantes militares de alta patente foram atrasadas e o Protocolo de Lusaka não pode ser assinado como se pretendia.A 16 de Novembro de 1994, após uma

⁹ <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/un-role.php>

reunião com o representante especial do Secretário-geral das Nações Unidas Alioune Blondin Beye e os três Estados observadores em Lusaka, que assinariam o acordo de paz a 20 de Novembro de 1994 e concordaram também em estabelecer tréguas a partir de 16 de Novembro (Silva, 2002,pp 192 -193). O protocolo foi assinado a 20 de Novembro de 1994, em Lusaka, pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura e pelo Secretário-geral da UNITA e Chefe da sua equipa negocial nas conversações de Lusaka, Eugénio N'golo Manuvakola, na presença do Presidente da República Eng.º José Eduardo dos Santos. A cerimónia foi testemunhada por vários chefes de Estado, um grupo de Ministros de Negócios Estrangeiros e outros signatários,. (Macqueen,1998,p.433).

O povo, cansado dos discursos mais sofisticados e das traições dos seus políticos os acordos que acabavam de ser celebrados já não produziram os mesmos efeitos de euforia e distensão em relação aos de Bicesse. Os anexos cobriam todos os pontos políticos, militares e legais acordados nas conversações, Os principais assuntos militares diziam respeito: **a)** Ao restabelecimento de um cessar-fogo; **b)** À retirada das FALA em todas áreas ocupadas, aquartelamento e sua desmilitarização; **c)** Ao desarmamento de civis; **d)** E a conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas (Comerford, 2005,p.17).

2.7.3- Memorando do Luena e os Princípios Fundamentais

Com a morte de Jonas Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002, na província oriental de Angola, Moxico, em Lucusse, abriu-se nova página na história de Angola e criou novas possibilidades para a paz. As iniciativas do governo mostraram-se correctas para não deixar fugir essa grande oportunidade, para tal foram feitos contactos “ *in situ*” pelas FAA com o objectivo de decretar o cessar-fogo (Barros, 2006,pp.182 – 183; kamabaia,2003,p. 183).

Nos processos anteriores existiam agendas mais pesadas e normalmente com mais contradições que as dos dois contendores, o que relegavam as soluções para últimas instâncias, deste modo sofreram os acordos de Bicesse e de Lusaka. Luena,

com duas agendas acima da mesa, mostrou que a conciliação de um número menor de opções é mais simples de resolver (Kamabaia,2003,pp.183 – 184), o que levou a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena, o Acordo de Paz 4 de Abril de 2002 e o nascimento do Estado de Direito, o qual foi assinado pelo General Abreu Muengo “Kamorteiro” no Palácio, em Luanda, com o Chefe de Estado-Maior das FAA, General Armando da Cruz Neto, na presença do Presidente da República, Eng.º José Eduardo dos Santos, o corpo diplomático, líderes religiosos e membros da sociedade civil (Kamabaia, 2003; Adriano, 2020, p.114).

Na base da agenda do memorando de entendimento de Luena, dois princípios fundamentais à acima da mesa, demonstraram que a reconciliação entre o povo angolano tornara-se num dado adquirido:

1. O respeito pelo Estado de Direito e pelas instituições democráticas de Angola, nesta conformidade, a observância da Constituição e demais legislação em vigor na República de Angola. 2- A aceitação inequívoca da validade dos instrumentos jurídico-políticos pertinentes, nomeadamente, o Protocolo de Lusaka e as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU relativamente ao processo de paz Angolano. (Siera,2010,p.123;Freud,1995,p.184)

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

CONCLUSÕES

Os Actores Militares e os Acordos de Paz em Angola (1975-2002), constituíram um dos factores fundamentais para a compreensão do “Conflito Armado Angolano” ao longo do seu desenrolar com interregnos numa tentativa de procurar soluções do conflito interno angolano. Os acordos de Bicesse, Lusaka e Luena, constituem hoje uma referência ímpar no âmbito do esforço do governo e do povo angolano, em verem ultrapassado o conflito armado que assolava o país durante muitos anos.

A nossa pesquisa demonstra que os acordos de paz trouxeram mudanças políticas ao País contribuíu para a liberdade de expressão, de imprensa, a livre circulação de pessoas e bens e abertura da Diplomacia e cooperação com outros países, e por outro lado, releva a importância dos actores militares ao longo do cenário politico-militar e de guerra na História Angolana, desde a Independência até a paz efectiva, porque durante os conflitos Armados os beligerantes importavam diferentes Armas, com apoios de blocos diferentes em meio à guerra-fria, agudizando o conflito, a destruição de infraestruturas e vidas humanas.

O papel do motivador e mobilizador dos actores militar na tentativa da procura de segurança, de paz por meio dos acordos, foi decisivo visando terminar com as divergências para pôr fim o conflito armado angolano com avanços e recuos marcados com políticas de (in)segurança em vários acordos havidos, desde Mombaça, Alvor, Gbadolite, Bicesse e Lusaka, culminando com o conflito entre o governo ea UNITA, em 2002, após morte do seu líder e, com fim da Guerra, o estabelecimento do Memorado de Entendimento, assinado a 4 de Abril de 2002, quando politicamente os actores militares colocaram fim a Guerra e o estabelecimento efectiva da paz em Angola.

SUGESTÕES

Assim surgimos com novas soluções que abrem novos horizontes de investigação. O presente trabalho aborda conteúdos transversal sobre: **Os Actores Militares e os Acordos de Paz em Angola (1975-2002)**, que servirá para abrir novas visões e contribuições na comunidade Científica do ISCED-HUÍLA e na sociedade em geral, nas cadeiras de História de Angola e Contemporânea; daí a sua preponderância nos estudos sobre a Paz e avalorização do mesmo.Com base nas conclusões apresentadas no presente trabalho, propõe-se o seguinte:

- 1- Que se inclua no programa de História de Angola: Da Colonização à Actualidade, do 3º Ano do Curso de História do ISCED-Huíla, um tema sobre os actores militares e os acordos de paz em Angola (1975-2002).
- 2- que sirva de uma contribuição para a referenciação bibliográfica atinente aos estudos da História de Angola para o curso de História,
- 3- Que os estudantes do curso de História em colaboração com os docentes da repartição, criem espaço de debate de temas ligados aos acontecimentos históricos recentes.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

ADRIANO, A. G.M. (2020). O Papel das Fronteiras Colónias e a Formação de Estados em África Pós-Coloniais: o Caso de Angola. Tese de Mestrando em Ensino de História de África, apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Educação, ISCED-Huila. Lubango.

ALTUNAGA J. Z. (2002). Caderno de Actividade de Geografia da 8ª classe.
ANSTEE, M. J. (1997). Órfão da Guerra-Fria. Radiologia do Colapso do Processo de Paz Angolano 1992/93, Editora Campo das Letras. Porto.

ANTUNES, J. F. (2002). O império com pés de barro-colonização e descolonização: as ideologias em Portugal. Lisboa: Dom Quixote.

BARRADAS, A. et al, (2005). Agostinho Neto: uma vida sem tréguas 1922- 1979. Luanda. Editora: Acácio Barradas.

BARROS, C. M. C. de (2006). As Reflexões Sobre a Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em África, Editora N'zila. Luanda.

CHIMENDA, Pedro Fernandes (2010). Do Momo no Partidarismo á Transição Democrática em Angola, Tese de Mestrado. Luanda.

CORREIA, P. P. (1996). Angola, do Alvor a Lusaka, Hungin Editores. Lisboa.

CORREIA, P. P. (2004). Angola sob Domínio Português Mitos e Realidade.

COSTA I. D. de A. (2010). O Processo Político Angolano desde o Início da Guerra Colonial. 1ª Edição. União dos Escritores de Angola, Luanda. COMERFORD, M. G. (2005): O Rosto Pacífico de Angola: Biografia de um Processo de Paz 1991- 2002, Editor John Miernet Printing. Editor Imprensa Nacional – E.P. Luanda.

CUNHA, J. S. (2006). Relatório Económico de Angola, Editora: casa das ideias- Divisão Editorial, Lda 1ª Edição, constituição de Angola.

DAMIÃO J. (1990). Direito Internacional Público – Relações Internacionais, Lisboa.
DÚNEM, A. et al, (2008). História do MPLA, Vol. I (1940-1966). 1ª Edição. Editora Caminho, Portugal. Edições 70. Editora Nzila, Luanda.

FRANCHE, M.-A. (2004). Conflict prevention NHDR Thematic Guidance Note, UNDP, New York.

FREUD, J. (1995). Análise da História Geral das Guerras Angolanas, Editora Mayamba.

Gbadolite a Bicesse, 1989 -1992. 2º Edição: Luanda, Julho de 2011, Edição.

HEIMER, F. W. (1980). O Processo de Descolonização em Angola 1974-1976.

HENDERSON, L. (1999). A Igreja em Angola, Editora Além-mar, Lisboa.

IMBAMBA, J. M. (2010): Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos, 2ª Edição, Edições Paulinas. Lisboa.

HOUAISS, A. V. Mauro de Salles (2001). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 2ª Edição. Editora Objectiva. Lisboa.

JÚNIOR, M. (1999). O Rumo de Angola, Editora Nzila. Luanda.

KAMABAIA, M. (2003). O Renascimento da Personalidade Africana. 1ª Edição. Editora Nzila, Luanda Lda, Outubro de 2003.

KI-ZERBO, J. (1972). História da África Negra II. Edição revista e actualizada pelo Autor 3ª Edição.

LAZITCH, B., e RIGOULOT. P. (1988). Angola 1974-1988: Um Fracasso do Comunismo em África. Lisboa: Edições Referendo.

Lisboa: A Regra do Jogo. Luanda Editora. Lda.

MACQUEEN, N. (1998). A Descolonização da África Portuguesa. Editora Inquérito. Mayamba Editora.

MBAH, J. M. A. (2010). As Rivalidades Políticas Entre a Frente de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), 1961-1975). Mayamba Editora, Luanda.

MILZA, Pierre. (1995). As Relações Internacionais de 1918-1939. Lisboa:

PINTO, J. F. (2005). Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades. Lisboa: Instituto Diplomático.

RAMOS, J. G. (2018). Angola pelos Caminhos da Paz: Guerra e Diplomacia (1975-2002). 1ª Edição. Edit. Mayamba editora Lda. Luanda. ISBN: 978-989.761-164-3.

ROQUE, F. et al (1991). Economia de Angola, Editora Bertrand

SABINO, M. C. (2005). 1º Ciclo do Ensino Secundário. 8ª classe. Grupo Porto Editora. Geografia Livro do aluno.

SIERA, L. C. (2010). Angola e África Austral Apontamentos Aara a História do Processo Negocial Para a Paz (1976-1992), Edição: Mayamba Editora.

SILVA, J. P. C. (2002). As Resoluções das Nações Unidas Sobre Angola, Editora Nzila, Luanda, Angola.

TALI, J. M. (2001). Dissidências e poder de Estados: MPLA Perante si Próprio (1962- 1977). Vol.I: 1962-1974. Luanda: Editorial Nzila.

VALENTIM, J. A. (2011). Caminho Para a Paz e Reconciliação Nacional de
VALETIM, J. A. (2005). 1954-1975 Esperança: Época de Ideias das Independências
e Dignidade. Editora Nzila. Luanda.

VALLES, E. (1974). África: Colonialismo e Sociedade. Lisboa: Seara Nova

VAN-DÚNEM, B.(2007). Prevenção de conflitos em África- Da Organização da
Unidade Africana à união Africana, 1ªEdição. Lisboa. ISBN978-989-8079-02-2.

Sites Consultados

<http://www.c-r.org/our-wor/accord/angla/portuguese/un-role.php>.

[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Frente Nacional de Libertação de Angola&oldid=36733540](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Frente+Nacional+de+Libertação+de+Angola&oldid=36733540). <http://pt.wikipedia.org/wiki/jonas-savimbi>. <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/un-role.php>

<http://ptCycopaedia.net/wikiProclamação-da-ind>.

<http://saber.sapo.pt/wiki%A9-Eduardo-do>.

<https://Jornaldeangola.com>

www.cmjornal.pt

www.dw.com

Outros Documentos

ADRIANO, A. G.M. (2021) Benefícios da Independência no Contexto Angolano, palestra apresentada às Forças Aérea do Lubango.

BISPOS CATÓLICOS DE ANGOLA E S. TOMÉ, (1992): Os Nossos Passos no Caminho da Paz, CEAST. Luanda. Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

ENCICLOPEDIA Luso- Brasileira de Cultura I Vol. [s/d], Edição Verbo Lisboa. Europa/América.

História do MPLA. (2007). Vol. II (1967-1976): 1ª Edição. Editora Caminho, Portugal.

História do MPLA. (2008) Vol. II (1940- 1966). 1ª Edição, Editora Caminho, Portugal.

História do MPLA.(2008) Vol. I (1940- 1966). 1ª Edição, Editora Caminho, Portugal.

MUACUATCHILANBA, Txuma Fernando (2005): África das Origens.

NSIANGENGO, Pedro; et al (2009): Manual de História 5ª Classe Reforma Educativa. Editora livrar Mensagem.

Revista Especial Executivo n.º6, 2005,p. 64.

WRIGHT, G. (2001): A Destruição de um País, A Política dos E.U.A. Para Angola Desde 1945, Editorial Caminho, Lisboa.

Entrevistas

AUGUSTO Neto (34 anos) Entrevista concedida ao 22 de Setembro de 2021.

FARIA Ângelo (41 anos) Entrevista concedida ao 22 de Setembro de 2021.

JAIME S.F (49 anos). Entrevista concedida ao 22 de Setembro de 2021.

JOB José (58 anos) Entrevista concedida ao 22 de Setembro de 2021

KALUNGUE Paulo (37 anos) Entrevista concedida ao 22 de Setembro de 2021.

NANGA, Silva Pedro (57 anos) agente das FAA- 5ª Região Militar, Entrevista concedida aos 22 de Setembro de 2021.

SITA António (29 anos) Entrevista concedida ao 22 de Setembro de 2021

TETETE(72 anos) Entrevista concedida ao 22 de Setembro de 2021.

ANEXOS

Anexo 1: Enqueritos



Instituto Superior de Ciências da Educação
Departamento de Ciências Sociais
Secção de História

Com vista a conclusão do estudo e tendo em conta a pesquisa do trabalho de fim de curso com o tema: **Os Actores Militares e os Acordos Em Angola (1975-2002)** e vimos por intermédio desta aplicar uma entrevista por questionário para a recolha de dados atinentes a pesquisa de modo avaliar o presente estudo. Desde logo, salvaguarda-se toda e qualquer identificação dos enqueridos, ao menos, que o autorize sua divulgação.

Idade _____ anos

Instituição a que pertence _____

Questões

1. Quando é que ingressou nos serviços militares?
2. Em que frente esteve colocado e quanto tempo esteve lá presente?
3. Os acordos de paz trouxeram mudanças políticas ao País? Sim. Quais?
4. No período de 1975 á 2002, foram contemplados alguns acordos para resolução dos conflitos Angolano. Quais são?
5. Que significado tem o 25 de Abril de 1974?
6. Que importância tem o estudo do tema: Os Actores Militares e os Acordos Em Angola (1975 -2002)?
7. O que entendes por actores militares e acordos de paz?
- 8-Que tipos de papel jogaram os actores militares estrangeiros, nos conflitos entre 1974-2002

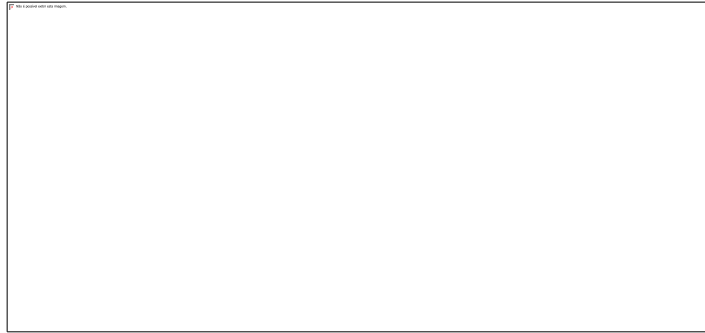
Setembro de 2021

O Autor

António Ernesto Kanda Alfredo

Anexos- 2

Imagem sobre o Acorde de Alvor



fonte: www.dw.com

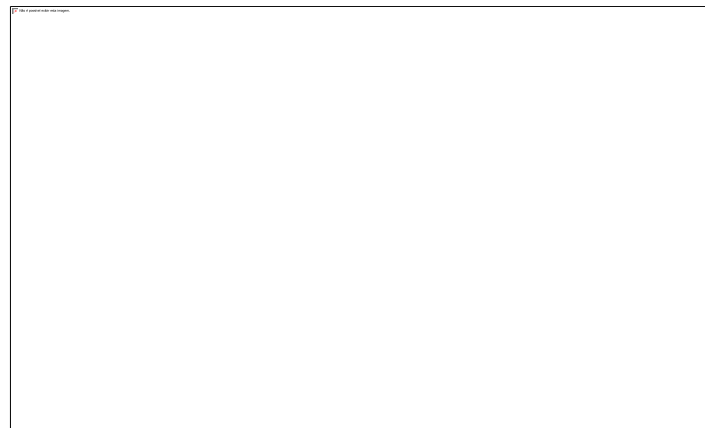
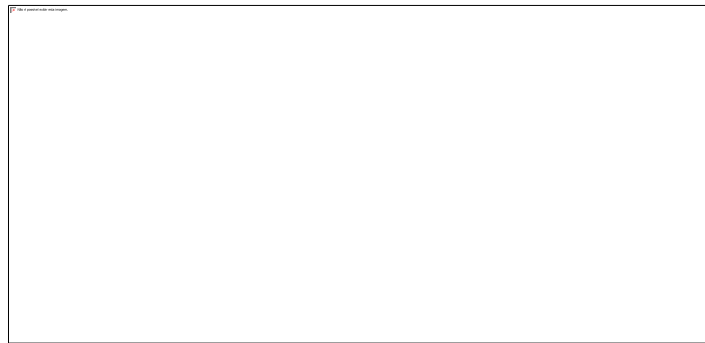
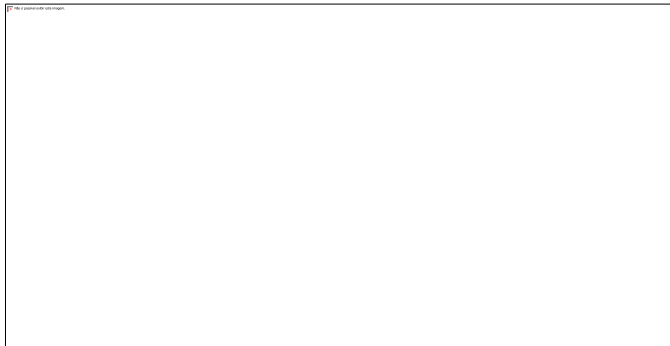


Imagem Da Independencia Nacional de Angola



fonte: www.dw.com

Imagens do Acordo de Bicesse



Imagens do Memorando de Luena



Luena, 30-03-2002 - Momento de Entendimento entre o FFA (Governo) e Salvdor do UNITA (FALA) no Moxico, Oficial do UNITA com o Chefe do Estado-Maior General das FFA General Armando da Cruz Neto



fonte: www.dw.com